projeto peixes pessoas e água
BRASIL - CANADÁ

Relatório Mensal de Atividades
Consultora do World Fisheries Trust

Nome: Ana Paula Glinfskoi Thé ***Contrato: WFT-06-TC-01***
Mês: De 01 a 31 de maio de 2006.

1. Cronologia de atividades

Data	Atividade	Resultados/Encaminhamentos	Obs
01/05	Preparação do material sobre projeto Rumo e GTPesca para participação na reunião do programa de gestão compartilhada da pesca no Brasil – MMA/IBAMA e IDRC	- Carta de comentários, questões de investigação e orçamento para os núcleos de aprendizagem no rio São Francisco – MG ao Concept Note elaborado por Seixas e Kalikoski; - Elaboração da apresentação dos resultados do projeto Rumo a Co-Gestão no Vale do Rio São Francisco – MG, IDRC, CIDA, IARA, UFSCar.	Carta: anexo 1.1; apresentação Anexo 1.5;
02/05 a 05/05	**Deslocamento e Participação na reunião da Rede de Núcleos de Aprendizagem em Fisheries Community-Based Co-Management no Brasil – Tamandaré- Pernambuco Br– 03 a 05 de maio de 2006.** Objetivos: - apoiar a elaboração de um programa de pesquisa e extensão inter-institucional de aprendizagens comunitárias	**Síntese das aprendizagens resultados da reunião:** - Apresentação e debate das diversas experiências nacionais em gestão pesqueira compartilhada; - Discussões em grupo e em plenária, sobre os principais entraves e os avanços que as experiências desenvolvidas no Brasil em co-gestão tem logrado; - aprendizagem sobre a riqueza de projetos, bem como, a diversidade de ambientes e arranjos institucionais envolvidos e as diferentes motivações que levaram à constituição dos processos de gestão compartilhada no Brasil; - Declaração dos técnicos do IDRC sobre a impressionante diversidade e qualidade dos trabalhos e experiências apresentadas,	Anexo 1: relatório de viagem – na reunião; 1.1: carta 1.2: release da reunião Tamandaré; 1.3: Concept Note 1.4: agenda da reunião;

	sobre gestão compartilhada e manejo comunitário de recursos pesqueiros no Brasil, tanto em áreas continentais como litorâneas, tanto em áreas de unidades de conservação como sistemas abertos; - apresentar as aprendizagens institucionais e comunitárias sobre co-gestão no alto-médio São Francisco, no âmbito dos projetos Peixes, Pessoas e Água-CIDA e Projeto Rumo – IDRC; - Discutir com os técnicos do IDRC sobre o relatório apresentado pelo IARA e a UFSCar no final de fevereiro, possíveis ajustes no documento e possível continuação do projeto Rumo com financiamento do IDRC; - Integração entre pesquisadores, agentes, financiadores, representantes do Estado e movimentos sociais que tem participado de experiências de gestão compartilhada e/ou comunitária no Brasil;	Resultados e compromissos assumidos: - Compromisso do IDRC de buscar condições para o financiamento de parte do programa; - Compromisso de contrapartida do governo brasileiro (MMA-IBAMA) com a organização de um programa nacional de pesquisa-ação em gestão compartilhada e manejo comunitário da pesca no Brasil, para financiar a rede de aprendizagem de projetos e ações - Definição, ainda que preliminarmente, de algumas questões importantes a serem incorporadas neste Programa de Nacional de Pesquisa-Ação, sobre o tema da Gestão Compartilhada, definicas em cinco grande temas: Mercado; Avaliação de arranjos institucionais; Abordagem teórica e metodológica; Fortalecimento da organização comunitária; Escala, direitos de acesso e propriedade e compartilhamento de saberes. - Formação de um Comitê com a participação de pesquisadores do Ibama (1 membro que inicialmente poderá ser representado por José Dias ou Mauro Ruffino), do Ministério do Meio Ambiente (1 membro que inicialmente poderá ser representado por Simão Marrul, Roberto Galluci ou Ana Paula Prates), e mais cinco pessoas eleitas no grupo: Cristiana S. Seixas, Daniela Kalikoski, Ana Paula Thé, Beatrice P. Ferreira, Adriane Lobo da Costa e Oriana Almeida. - Esse Comitê também irá propor projetos de pesquisa a partir das linhas apontadas. - Construção de uma proposta de estratégia de comunicação e divulgação, que discutirá os meios mais adequados para que todos possam continuar trocando experiências e informações, potencializando as lições já aprendidas e amenizando as dificuldades, solidariamente.	1.5: apresentação em Tamandaré; 1.6: relatório divulgado por Seixas e Kalikoski, experiências co-manejo no Brasil
09/05	Preparação do relatório mensal de consultoria a WFT;	Relatório apresentado em maio	
10/05	Preparação do relatório mensal de consultoria a WFT;	Relatório apresentado em maio	

11/05	Estudo teórico e revisão do texto do relatório do IDRC para elaboração dos textos requisitados por Merle Faminow;		
18/05	-Visita de campo com José de Andrade a Barra do Guaicuí para verificação de entraves ao projeto do DEC-Idene para a comunidade de Barra e tentativa de integração das comunidades das Ilhas do Boi e do Engenho no projeto; - estudo teórico e revisão do texto do relatório do IDRC para elaboração dos textos requisitados por Merle Faminow;	- Discussão inicial com seu Osmar e levantamento dos impedimentos de envio de projetos pelas associações da Barra do Guaicuí e das Ilhas do Boi e do Engenho – todas encontram-se irregulares legalmente por não pagamento das taxas governamentais; - Discussão com seu Osmar sobre GTPesca e melhoria de comunicação da Barra do Guacuí com os mesmos, já que colônia de Pirapora não tem sido eficiente na comunicação com a comunidade, por falta de pessoal – férias de Vera e afastamento da Tháis de serviços da colônia de Pirapora;	
22/05	- Estudo teórico e revisão do texto do relatório do IDRC para elaboração dos textos requisitados por Merle Faminow; - Reunião com colônia de Buritizeiro, Arlete- Graal e consultoras de gênero da WFT (Érika, Thaís e Elaine) sobre as ações do PPA em gênero e DEC	- Divulgação das atividades de DEC e Gtpesca pela colônia de Buritizeiro e Ana Thé; - Discussão da percepção comunitária sobre a viabilidade da pesca e a degradação ambiental do Rio São Francisco, o espírito derrotista encontrado no campo por Érika, Elaine e Thaís; - Contraposição desta percepção pela colônia de Buritizeiro e Ana Thé, discutindo impactos da audiência pública em Três Marias, as ações dos pescadores contra a VM-Três Marias e a organização de Três assembléias (1 em Guacuí, 1 em Ibiái e 1 em Pirapora) sobre a questão da mortandade e a ação judicial, organizadas de forma autônoma pelas colônias de Buritizeiro, Pirapora e Ibiái, com participação média de 300 pessoas em cada; - Divulgação descobertas na viagem pelo RSF pelas consultoras da WFT: mulheres querem capacitação para filetagem; não sabem sobre compostagem e poderia ser feito em cada casa de pescador para melhorar produção da agricultora familiar e cultivo de horta – com restos do peixe; reflexão sobre porque a pesca não aparece na cultura neste trecho do rio visitado; a profissionalização como meio da valorização do trabalho e da cultura; - Divulgação pela Arlete sobre o encontro em economia solidária estadual de MG no final de junho, com vagas para as colônias de pescadores do norte de MG;	

		- Explicação sobre a missão e os trabalhos do Graal em Buritizeiro com comunidades de assentamentos rurais do município: ênfase em capacitação para o comércio solidária de produtos do cerrado, com agregação de valor, organização comunitária e soberania alimentar, os 3 eixos com ênfase em equidade/igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres do campo; - Compromisso de parcerias a serem estabelecidas entre Graal e Colônia de Buritizeiro, com reunião a marcar;	
23/05	- Reunião com secretaria da coordenação do GTPesca;	- reunião com participação apenas de Nicinha e Socorro, que discutiram as dificuldades econômicas enfrentadas atualmente na colônia, formas de organização do trabalho nestas situações e levantamento da melhoria da comunicação da coordenação Grupo de Trabalho da pesca, com tiradas de tarefas para cada indivíduo sobre quem procurar do grupo para colocação da próximas tarefas do GTPesca; - Nicinha e Socorro assumiram a responsabilidade de correção e digitação das atas das assembléias;	
24/05	- Reunião com Grupo de Pesquisadores do Rio São Francisco em Pirapora, com objetivo de integração de ações, projetos e comunidades: Participantes: Carlos Brandão (UFU), Jacqueline (Unimontes); Sandra (UFU); Ana Thé (Unimontes/WFT); Rodrigo (UFU); Graça (Unimontes); Joyce (Prefeitura de Pirapora- Educação); Antônio Maurílio (Unimontes); Andréa (Unimontes)	- Apresentação dos trabalhos individuais de pesquisa e extensão de alunos e professores da UFU e Unimontes na região; - Interesse de organização do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Rio São Francisco em Pirapora; - Utilização do espaço da ONG CCN, parceira do IEF-MG, como ponto de encontro do Grupo de Estudo; - Ações a serem executadas/estimuladas pelo grupo: A) Pesquisas de campo; levantamento sócio-ambiental das comunidades, com a participação das mesmas; B) Discussão da Literatura Norte Mineira, com enfoque em Guimarães Rosa pra a valorização da cultura local, com participação nos eventos como semana Roseana, Miguilins, Andréquicé, Morro da Garça, e projeto Mauelzão; C) Partilha de produção e eventos realizados por cada projeto; D) Grupo não estará restrito aos acadêmicos, valorização dos saberes populares, realização de encontros que possibilitem essas trocas; E) Organização de documentos sobre as comunidades e a região norte mineira do Rio São Francisco- biblioteca comunitária;	

29/05	-Revisão do relatório projeto Rumo-IDRC e Produção de textos requisitados por Merle para complementação do mesmo; - Revisão projeto CIDA para produção de textos sobre aprendizagens entre projetos- inclusão relatório IDRC		
30/05	- cancelamento da reunião de coordenação do GTPesca - participação na reunião da FEDEPESCA para divulgação do GTPESca e Projeto PPA;	- Participação de 17 pessoas e 9 instituições de Pesca (8 colônias e a FEDEPESCA) - Discussão sobre a SEAP, falta de incentivos do governo federal para classe pesqueira profissional em MG e desorganização do escritório da SEAP para documentos das colonias e pescadores, preocupação com a não troca dos protocolos enviados pela mesma, com vencimento em abril passado e única comprovação de pescador profissional artesanal em mãos da categoria, com a fiscalização já executando a apreensão de equipamentos de pesca em algumas localidades pelo vencimento do mesmo; - Decisão de realização de reunião em Brasilia com a SEAP e Presidência da República para troca de gerente em MG, com entrega de documento formulado por todas as colônias com descrição dos entraves vividos pela pesca artesanal no estado de MG; - Divisão de gastos entre as colônias e a federação, já que esta se encontra sem recursos; - Melhoria de atendimento pelas colônias a base, para moralização do trabalho das mesmas, com organização dos serviços prestados e prestação de contas anuais, para manter a transparência das entidades de base e melhorar a imagem da categoria perante o público em geral; - 6 colônias atualmente sob investigação da Polícia Federal: TM, Pirapora, Buritis, São Francisco, Alfenas, Formiga; - Apresentação do Projeto PPA por Ana Thé, com presença de Sarah (WFT), 3 eixos do projeto, educação ambiental, gênero e políticas públicas favoráveis a conservação dos recursos e da pesca artesanal com temas transversais;	

		- Saudação da FEDEPESCa ao Projeto PPA e Rumo; - Encerramento da reunião com prestação de contas da FEDEPESCA ao conselho fiscal;	
31/05	- Revisão do relatório projeto Rumo- IDRC e Produção de textos requisitados por Merle para complementação do mesmo; - Revisão projeto CIDA para produção de textos sobre aprendizagens entre projetos- inclusão relatório IDRC; - Organização do Documento de extensão do projeto Rumo para ser enviado ao MMA;	Produção de 2 textos e elaboração da proposta de extensão do projeto Rumo – adequação de atividades e proponentes com orçamento (versão preliminar) planejado; **Ver anexos 2 e 3 no final deste documento.**	

2. Avaliação preliminar das atividades do mês:

Atividades parcialmente cumpridas, porque não conseguimos organizar reuniões com participação massiva da coordenação do GTPesca, por acúmulo de atividades das colônias para a concretização dos projetos de financiamento para desenvolvimento de associações do IDENE -MG e BIRD, e situação financeira da comunidade muito precária atualmente, inclusive por atraso no recebimento do seguro desemprego por alguns pescadores pelo Ministério do Trabalho, situação que tem afetado também a FEDEPESCA-MG, que encontra-se atualmente sem recursos.

Também pelo acúmulo de atividades e produtos a serem apresentados ao IDRC neste mês, não cumprimos a meta de elaboração de um instrumento de monitoramento de alcances de resultados, que ainda está sendo elaborado e que a consultora espera ter apoio da equipe da WFT para avaliação e ajuste do mesmo. Esperamos entregar a proposta do mesmo ainda no final deste mês.

As próximas atividades já em andamento são: reunião com a coordenação do GTPesca (05/06/2006) para organização da próxima assembléia, com proposição do tema de fiscalização e discussão de capacitações em reuniões para a coordenação do GTPesca; reunião em Brasília (07 e 08/06) com MMA e IBAMA; III oficina de qualidade ambiental da água (21 e 22/06); reunião com o Yogi em Três Marias (21/06); reunião com Cap. Arley a confirmar (semana do dia 25 a 29/06); visitas ao IBAMA e IEF (25 a 29/06); entre outras que deverão ser marcadas no decorrer do trabalho.

ANEXOS

Anexo 1:

Relatório de Viagem

Workshop

Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros No Brasil
"Rede de Núcleos de Aprendizagem em Manejo Comunitário dos Recursos Pesqueiros"
"Network of Learning Communities on Fisheries Community-Based Co- Management in Brazil"

Organizadores: Cristiana Seixas, Daniela Kalikoski;

Financiador: Ministério do Meio Ambiente – IBAMA – Brasil

Apoio: International Development Research Centre – IDRC – Canada

Consultora – Facilitação da Co-Gestão
THECOL Coleta de Dados LTDA
Contrato WFT-06-TC-01

Anexo 1.1 : Carta de Considerações ao Concept Note requerida pelos organizadores do encontro entregue em mãos:

Considerações sobre o "Concept Note da Network of Learning Communities in fisheries Community-Based Management in Brazil" – Daniela Kalikoski e Cristiana Seixas.

Ana Paula Glinfskoi Thé
Co-Gestão no Alto-Médio São Francisco

As considerações feitas abaixo estão baseadas em discussões com os demais membros das equipes de projetos: 1- Rumo a Co-Gestão da Pesca no Alto-Médio São Francisco, executado nos anos de 2004 e 2005 pela UFSCar e pelo IARA-PA, com financiamento do IDRC e da CIDA-Canadá e 2- Pesca Continental: Modos de Vida e Conservação Sustentáveis, projeto de cooperação Brasil/Canadá, coordenado pela WFT-Ca, UFSCar-Br e FEPESCA - Minas Gerais, Brasil.

Em relação as questões de pesquisa, consideramos importante discutir o papel da organização comunitária para a implementação de processos de co-gestão pesqueira no Brasil, já que nossa experiência tem-se centrado nesta questão por orientação das demandas existentes no nosso contexto e requisitadas pela própria comunidade pesqueira.

1- Que tipo de organizações comunitárias favorecem a co-gestão ou manejo comunitário de recursos naturais? Por exemplo: o respeito da comunidade as lideranças – burocráticas ou democráticas, independentemente, é mais importante do que a representatividade dos anseios do conjunto da comunidade? – no nosso contexto temos discutido que legitimidade significa "me perceber naquele que me representa".

2 - Qual é o papel dos projetos de pesquisa ação e até onde deve ir a intervenção de técnicos/pesquisadores na promoção da auto-organização e auto-representação das comunidades, componentes muitas vezes tecnicamente mencionados como fundamentais para o desenvolvimento de co-gestão e/ou de "fisheries community-based managements"? (ex. democracia interna deve ser estimulada ou não?).

3 – Devemos atuar para promover organizações e instituições locais mais adequadas para a promoção da co-gestão? (ex: lideranças democráticas, organização de assembléias locais, promoção de organização comunitária dinâmica e interativa com a comunidade local, etc.). Até que ponto a desorganização comunitária, lideranças burocráticas e opressoras, entre outros contextos, são produtos de um processo de desorganização social? Podem estes serem considerados legítimos em processos de desenvolvimento de co-gestão? O que significa desenvolver equidade, empoderamento, descentralização e democracia nestes contextos sociais?

4- No nosso caso, nem governo nem comunidade propunha diretamente co-gestão (mas comunidade requisitava mudanças na legislação e fiscalização segundo seus interesses). Este fator dificultou o processo (por várias razões obviamente). Isto deveria ser apenas considerado como um fator dificultante ou não ideal para um projeto de desenvolvimento de co-gestão, ou excludente? Como estas situações devem ser trabalhadas?

5- Quais são os parâmetros que devem ser monitorados para a avaliação da sustentabilidade dos processos de co-gestão ou manejo comunitário? Estes parâmetros só podem ser medidos a partir de regras de uso acordadas e implementadas ou há parâmetros que podem ser medidos anteriormente?

Orçamento para os três LC workshops no estudo de caso "Co-gestão pesqueira Alto-Médio São Francisco".

- Número de participantes entre os diversos representantes de usuários? **30**
- Duração dos workshops? **2 dias**
- Tipos de gastos: alimentação, transporte, hospedagem, material de consumo (cartucho, papel craft, pincéis atômicos, papel cartão, xerox, etc), despesas administrativas (correio, telefone, etc).

Tabela: Previsão de gastos para LC Workshops – Alto-Médio São Francisco

gastos	**unidade**	**total**
alimentação	10	5400
transporte	120	21600
hospedagem	35	6300
cartucho (preto e branco e colorido)	85	510
papel craft	0,15	90
pincéis atômicos - caixa	15	90
papel cartão	0,5	45
xerox	0,15	270
correio	150	450
telefone	150	450
total estimado		35205

Anexo 1. 2: Release da Reunião em Tamandaré:
Oficina em Tamandaré discute a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros no Brasil

` De 03 a 05 de maio de 2006, ocorreu em Tamandaré-Pe, na sede do Centro de Pesquisas em Recursos Pesqueiros do Nordeste – Cepene/Ibama, uma oficina sobre Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros no Brasil.

Realizada por iniciativa das pesquisadoras Daniela Kalikoski (Furg) e Cristiana Seixas (Unicamp) e com o apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, do Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional, Canadá (International Development Research Centre – IDRC), esta reunião teve o objetivo de discutir a proposta de criação de uma rede de pesquisadores, gestores e

representantes de organizações que desenvolvem projetos de gestão compartilhada de recursos pesqueiros junto às comunidades ribeirinhas e costeiras, permitindo a troca de experiências e informações, e a identificação de questões que demandem aprofundamento de pesquisa, visto a novidade do tema. Participaram do encontro 32 pessoas, dentre elas pesquisadores e técnicos do Ibama e MMA.

No primeiro dia foram apresentadas diversas experiências nacionais em gestão pesqueira compartilhada e durante o segundo e terceiro dia os participantes puderam, através de discussões em grupo e em plenária, debater sobre os principais entraves e os avanços que as experiências desenvolvidas tem logrado.

As experiências apresentadas foram: Co-manejo Pesqueiro no Alto-Médio Rio São Francisco, Co-manejo Pesqueiro no Sul da Bahia, Acordos de Pesca no Baixo Amazonas, Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo – RJ, Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá – AM, Fórum da Lagoa dos Patos, estuário da Lagoa dos Patos -RS, Fórum da Lagoa do Peixe – RS, Reserva Extrativista Marinha Ponta do Corumbau – BA, Diagnóstico da Pesca Marítima Praticada nos Municípios de Aracati e Icapuí, Setor Leste do Estado do Ceará, Experiência de Gestão em Tamandaré – APA Costa dos Corais – Pe, Manejo Pesqueiro Integrado em Sistemas Abertos da Amazônia Central, Manejo Comunitário e a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros na Amazônia, e as Reservas Extrativistas Marinhas do Pará: Soure – Marajó, Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Chocoaré-Mato Grosso, Maracanã, Araí – Peroba/Augusto Corrêa, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Gurupi-Piriá/Viseu**.** Além disso, houve uma apresentação sobre o Plano Nacional de Áreas Protegidas, elaborado recentemente pelo MMA.

Também foi apresentado o relatório técnico de Gestão Compartilhada e Gestão Comunitária da Pesca no Brasil, que buscou levantar o que existe em termos de bibliografia e publicações sobre o tema, além do mapeamento das experiências existentes.

Após as apresentações os participantes fizeram um entusiasmado debate, evidenciando a riqueza dos trabalhos, bem como sua diversidade de ambientes e arranjos institucionais envolvidos e as diferentes motivações que levaram à constituição dos processos de gestão compartilhada.

Os participantes buscaram definir, ainda que preliminarmente, algumas questões importantes a serem incorporadas em um Programa de Nacional, sob a ótica da Pesquisa-Ação, sobre o tema da Gestão Compartilhada, e chegaram a cinco grande temas: Mercado; Avaliação de arranjos institucionais; Abordagem teórica e metodológica; Fortalecimento da organização comunitária; Escala, direitos de acesso e propriedade e compartilhamento de saberes.

Os participantes do IDRC se declararam bastante impressionados com a diversidade e qualidade dos trabalhos e experiências apresentadas e se comprometeram a buscar condições para o financiamento de parte do programa.

Foi formado um Comitê com a participação de pesquisadores do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e mais cinco pessoas eleitas no grupo. Esse Comitê também irá propor projetos de pesquisa a partir das linhas apontadas. Também será construída uma proposta de estratégia de comunicação e divulgação, que discutirá os meios mais adequados para que todos possam continuar trocando experiências e informações, potencializando as lições já aprendidas e amenizando as dificuldades, solidariamente.

A oficina revelou, ao final, a necessidade de aprofundamento do tema e permitiu concluir que muitas das experiências que estão acontecendo no Brasil têm sido bastante positivas.

Anexo 1.3: arquivo em PDF: Concept Note

Anexo 1.4: arquivo em PDF: Agenda do Encontro

Anexo 1.5: arquivo em Power Point: Apresentação Ana Thé – Tamandaré

Anexo 1.6: arquivo PDF: Relatório Gestão Compartilhada no Brasil: Daniela Kalikoski e Cristiana Seixas

Anexo 2:

Proposta de Extensão

Projeto "Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco"

A ser apresentada ao

Ministério do Meio Ambiente do Brasil

Secretaria Executiva: Programa de Revitalização do Rio São Francisco

Proponentes

Unimontes

Apoio

IARA, FEDEPESCA - MG

1- Contextualização e Justificativas

O processo de co-gestão dos recursos pesqueiros no Alto/Médio São Francisco teve seu processo incrementado a partir das intervenções do "Projeto RUMO à Co-gestão da Pesca"[1] (IARA/UFSCar/IDRC), dentro do escopo do "Programa Peixes, Pessoas e Água", uma cooperação entre Brasil e Canadá que visa a sustentabilidade dos recursos naturais e do modo de vida pesqueiro artesanal do Rio São Francisco[2] (WFT/CIDA). Dizemos incrementado, pois estes projetos não iniciaram o processo. Já havia um movimento histórico ocorrendo ao longo desta região que visava à participação mais efetiva dos pescadores e da sociedade civil em geral nas decisões de ordenamento e gestão dos recursos naturais na bacia do São Francisco e, em especial, dos recursos pesqueiros. "O projeto RUMO" seguiu este caminho e conseguiu sistematizar e propor uma estratégia básica para que o processo se fortaleça e se consolide. Baseado nesta experiência é necessário que o processo se consolide na região já trabalhada e se expanda para outras áreas na busca de envolver novos "sócios", isto é, instituições locais, comunitárias, governamentais, e relacionadas a outros usuários dos recursos naturais São Franciscanos como agricultores, pescadores amadores, trabalhadores rurais, ambientalistas, entre outros, e manter de forma organizada a construção e manutenção dos espaços institucionais criados, com monitoramento participativo do processo em curso. Para tanto se fazem necessárias à continuidade e expansão das ações e capacitações que garantam a sustentabilidade dos processos iniciados para outros municípios ribeirinhos do São Francisco não atendidos pelo Projeto Rumo no Estado de Minas Gerais, como Januária, São Francisco, São Romão, Pedras de Maria da Cruz, Brasilândia, Buritis e Formiga, municípios onde se encontram colônias e associações de pesca artesanal organizadas. Entendemos como estratégicas as seguintes linhas de atuação:

a) interlocução entre usuários e Estado;
b) reorganização da categoria pesqueira;
c) auto-conhecimento, resgate histórico da atividade da pesca artesanal;
d) reflexão e resolução de conflitos entre usuários e Estado, principalmente fiscalização;
e) integração entre órgãos gestores;
f) pesquisas que apóiem o desenvolvimento/monitoramento/avaliação de ações adequadas à promoção da co-gestão no contexto do Rio São Francisco Mineiro.

As avaliações e aprendizagens ocorridas durante o processo do projeto RUMO nos levam a propor as atividades que seguem como necessárias para a continuidade e a consolidação do processo

[1] Projeto Rumo a Co-gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco, executado pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e pelo Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais – IARA, durante os anos de 2004 e 2005, nos municípios ribeirinhos de Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Buritizeiro, Pirapora, Várzea da Palma e Ibiaí, com financiamento do International Development Research Centre – IDRC do Canadá.

[2] Projeto de Cooperação Bilateral Brasil e Canadá "Pesca Continental: Modos de Vida e Conservação Sustemtáveis" (em andamento) Executores: World Fisheries Trust – WFT/Canadá, UFSCar e Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais – FEPESCA-MG.

de Co-gestão na região. A principal estratégia para isso será baseada na pesquisa e ação. O estabelecimento de um novo proponente a continuação do projeto, no caso da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais, se justifica pela existência e atuação em pesquisas e extensão na região do Rio São Francisco, através dos cursos de Biologia, Geografia, Ciências Sociais, entre outros, atuando com enfoque interdisciplinar e salientado a importância do encontro entre as áreas sociais e ambientais para a qualidade ambiental e social das populações ribeirinhas do Norte Mineiro.

1 - <u>GTPESCA</u>

1- **Montagem de equipe mobilização:**

- Reunião com as instituições fundadoras do GTPesca para a divisão de tarefas e estratégias de mobilização;
- Montagem de logística para a realização da primeira assembléia do GTPesca.

Questões a serem discutidas/encaminhadas:

a) organização da equipe de mobilização para visita às colônias (transporte, agenda, combustível, alimentação);
b) discussão dos objetivos das visitas às colônias e instituições parceiras locais, com divisão de tarefas entre equipe de mobilização;
c) logística para o GTPesca: espaço para reunião, transporte de representantes institucionais – Estado, Universidades, ONG's, Colônias, outros convidados; alimentação; acomodação se necessária para participantes distantes;
d) Levantamento de TODAS as contrapartidas institucionais possíveis para a realização das visitas as colônias/parceiros locais e da 1ª assembléia do GTPesca;
e) Data da 1ª assembléia do GTPesca;
f) Impressão da Carta de apresentação do GTPesca para entrega nas visitas e as outras instituições convidadas pelos atuais parceiros do GT;
g) Redação, Impressão e envio do convite para a 1ª assembléia do Gtpesca;
h) Impressão do Estatuto (revisado e corrigido) para entrega na 1ª assembléia as instituições participantes;
i) Organização da pauta da 1ª assembléia;

2- **Visita aos Municípios (colônias) - projeto PPA, IBAMA, IEF, PMA, SPU, colônias**
Objetivos:

a) diagnóstico das discussões e construção de parcerias locais para o apoio (sustentabilidade) e participação do GTPesca – **esta foi a primeira tarefa acordada no GTPesca**;
b) mobilização para a participação das colônias (representantes) com o levantamento das sugestões de prioridades de trabalho para o GTPesca, tiradas pelas bases de cada colônia;
c) Intercâmbio entre os diferentes componentes do GTPesca;

Observações:

- para facilitar a participação de representantes na reunião de montagem da equipe de mobilização e nas visitas as colônias pelos mesmos, seria interessante a reunião ser próximo do início das visitas, mas isto dificulta a partilha inicial de contrapartidas, já que seria necessário um planejamento de custos e orçamento prévio;
- Por conta dos compromissos com o relatório do projeto Rumo, poderemos iniciar as atividades de mobilização – reunião e visitas apenas a partir do dia 08/02/06, quando estaremos entregando o primeiro documento pronto do relatório final para revisão.

<u>ATIVIDADES DE MÉDIO E LONGO PRAZO – 12 A 24 MESES</u>

OBJETIVOS:

Geral:

Implementar o processo de Co-Gestão dos Recursos Pesqueiros do Alto Médio Rio São Francisco.

Específicos:

- Realizar Diagnóstico preliminar dos diferentes usuários dos recursos pesqueiros do rio São Francisco, com o enfoque nos processos de acesso e uso dos recursos e seus impactos;
- Promover Intercâmbio entre parceiros/participantes do processo de desenvolvimento da Co-Gestão da pesca no Rio São Francisco – participantes do GTPesca – para o fortalecimento de parcerias e trocas de saberes entre conhecimentos científicos e locais; comunitários e institucionais;
- Capacitar para o manejo e monitoramento comunitário de recursos naturais;
- Resgatar e valorizar a cultura pesqueira Sanfranciscana para o desenvolvimento da auto-estima e da equidade social, de gênero e a raça;

RECURSOS HUMANOS:

- 01 técnico co-gestão – consultoria de 1 ano
- 01 técnico (UNIMONTES) – bolsa de pesquisador
- 01 técnico UFSCar – bolsa de pesquisador
- 08 Estagiários (UFSCar/Unimontes) –
- 10 Comunitários Capacitados Multiplicadores;
- Técnicos das instituições parceiras do GTPesca – dependente do interesse, disponibilidade institucionais e de acordos a serem firmados;

ATIVIDADES:

1. Mobilização e Sensibilização

Público de Interesse: Componentes do GTPesca

Ações:

1.1 –Montagem: Equipe de Mobilização (Coordenação do GTPesca, um representante de cada colônia e técnicos do governo) n: 10 pessoas;

1.2 – Visitas e Reuniões com as colônias;

1.3 – Criação das coordenações específicas para as ações aprovadas no GTPesca;

1.4 - Reuniões bimestrais do GTPesca – 4 restantes para 2006.

2. Oficinas de Capacitação para a Co-Gestão;

Público de Interesse: Instituições participantes do GTPesca – instituições governamentais, colônias de pescadores do Rio São Francisco em Minas Gerais, Universidades, ONG's, outros usuários.

Metodologia Geral:

Capacitação de todas as instituições – comunitárias e governamentais – em conteúdos e técnicas em co-gestão dos recursos naturais, com o enfoque em DISSEMINAÇÃO das aprendizagens, através da participação/intervenção no Grupo de Trabalho da Pesca – GTPesca;

Oficinas:

2.1 – Manejo Comunitário de Recursos Pesqueiros (Troca de Saberes - científico e local- em Ecologia e Biologia Pesqueira);

2.2 – Técnicas em Co-Gestão (Políticas Nacionais de Gestão e exemplos de Manejo Comunitário (*Community Based Management*);
2.3 – Monitoramento de Indicadores/Alcances da Co-Gestão (Parcerias entre Governo e Sociedade Civil);

3. Oficinas de capacitação organizativa comunitária:

Público de Interesse: Colônias de Pescadores do Rio São Francisco em Minas Gerais (Três Marias, Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí, São Francisco, São Romão, Formiga, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Brasilândia);

Metodologia Geral:
Capacitação de facilitadores locais. Módulos:

a) Capacitação teórica,
b) Capacitação para disseminação de conteúdo – metodologias em educação popular;
c) Planejamento para disseminação de conteúdos – execução das oficinas locais;
d)

3.0 – Censo Domiciliar e Comunitário (comunidades ribeirinhas rurais) dos pescadores artesanais da região São Franciscana não atendida na 1ª fase do Projeto Rumo (São Francisco, São Romão, Formiga, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Brasilândia).
3.1 - Comunicação e Interlocução: fortalecendo a participação da comunidade;
3.2 – História das colônias e Legislação Sindical: fortalecendo a representatividade;
3.3 – Planejamento Participativo e Elaboração de Projetos: fortalecendo a autogestão;
3.4 – Administração de Colônias: fortalecendo a organização do trabalho;
3.5 - Oficina de avaliação dos projetos implementados nas comunidades;

4. Pesquisas em Monitoramento Comunitário da Co-Gestão;

4.1 - Avaliação das metodologias de capacitação;
4.2 – Monitoramento das mudanças de comportamento dos parceiros para a promoção e sustentabilidade da co-gestão;
4.3 – Mapeamento de Experiências Comunitárias em Estatística Pesqueira associada a um Diagnóstico do Contexto local;
4.4 – Diagnóstico preliminar dos usuários do Rio São Francisco na área de enfoque do projeto Rumo:

a) pescadores amadores;
b) pescadores clandestinos;
c) agronegócio;
d) indústria; ?
e) municípios; ?

4.5 – Resgate Comunitário do histórico das colônias de pescadores artesanais e da cultura ribeirinha e pesqueira do Alto-Médio do Rio São Francisco, MG;

5. Intercâmbio comunitário em Co-Gestão:

Público de Interesse: Pescadores, diretores de Colônias, Membros do GTPesca, técnicos, outros.

Metodologia:

Intercâmbio entre colônias e parceiros do GTPesca para diagnóstico rápidos e participativos de similaridades e diferenças entre as comunidades nas questões de uso dos recursos naturais do Rio São Francisco. Um total de 11 visitas ao longo da execução do projeto.

Orçamento Extensão Projeto Rumo a Co-Gestão da Pesca no Alto-Médio São Francisco	Valor unitário	Total - MMA Unimontes	Total MMA UFSCar	Contra-partida
1. Coordenação geral e equipe de multiplicadores				
1.1 - 01 técnico co-gestão – consultoria de 1 ano	R$ 2.500,00	R$ 30.000,00		
1.2.- 01 técnico (UNIMONTES) – bolsa de pesquisador Pós -Doc	R$ 2.500,00	R$ 30.000,00		
1.3.- 01 técnico UFSCar – bolsa de pesquisador	R$ 1.200,00		R$ 14.400,00	
1.4.- 08 estagiários (UFSCar/UNIMONTES)	R$ 300,00	R$ 14.400,00	R$ 14.400,00	
1.5.- 10 Comunitários Multiplicadores;	R$ 300,00	R$ 36.000,00		
1.6. -Técnicos das instituições parceiras do GTPesca (número parcial de 5)	R$ 2.400,00			R$ 144.000,00
2. Ações				
2. 1. Mobilização e Sensibilização				
2.1.1. Visitas e Reuniões com as colônias;				
a) transporte - 10 pessoas	R$ 120,00	R$ 21.600,00		
b) Diária - 10 pessoas	R$ 100,00	R$ 18.000,00		R$ 5.400,00
2.1.2. Reuniões das coordenações específicas para as ações aprovadas no GTPesca;				
a) transporte - 6 pessoas	R$ 120,00	R$ 2.880,00		
b) Diária - 6 pessoas	R$ 100,00	R$ 2.400,00		
2.1.3. Reuniões bimestrais do GTPesca – 4 restantes para 2006.				
a) transporte - 20 pessoas	R$ 120,00	R$ 4.800,00		
b) alimentação - 60 pessoas	R$ 20,00	R$ 1.200,00		
c) diária - 10 pessoas	R$ 100,00	R$ 2.000,00		
2.2 Oficinas de Capacitação para a Co-Gestão;				

2.2.1 – Manejo Comunitário de Recursos Pesqueiros (Troca de Saberes - científico e local- em Ecologia e Biologia Pesqueira);				
a) transporte equipe				
1 passagem aérea Santarém-BH	R$ 1.300,00	R$ 2.600,00		
5 pessoas São Carlos - Pirapora	R$ 130,00		R$ 1.300,00	
b) transporte comunitários e terrestre equipe - 40 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00	R$ 800,00	
c) consultoria para oficina	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00		
d) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		R$ 500,00
e) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
f) diária - 40 pessoas	R$ 70,00	R$ 9.800,00	R$ 1.400,00	
2.2.2 – Técnicas em Co-Gestão (Políticas Nacionais de Gestão e exemplos de Manejo Comunitário dos Recursos Naturais);				
a) transporte equipe				
1 passagem aérea Manaus-BH	R$ 1.250,00	R$ 2.500,00		
5 pessoas São Carlos - Pirapora	R$ 130,00		R$ 1.300,00	
b) transporte comunitários e terrestre equipe - 40 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00	R$ 800,00	
c) consultoria para oficina	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00		
d) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		R$500,00
e) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
f) diária - 40 pessoas	R$ 70,00	R$ 9.800,00	R$ 1.400,00	
2.2.3. – Monitoramento de Indicadores/Alcances da Co-Gestão (Parcerias entre Governo e Sociedade Civil);				
a) transporte equipe				
1 passagem aérea Rio Branco-BH	R$ 1.250,00	R$ 2.500,00		

5 pessoas São Carlos - Pirapora	R$ 130,00	R$ 1.300,00		
b) transporte comunitários e terrestre equipe - 40 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00	R$ 800,00	
c) consultoria para oficina	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00		
d) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		R$ 500,00
e) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
f) diária - 40 pessoas	R$ 70,00	R$ 7.350,00	R$ 1.050,00	
3. Oficinas de capacitação organizativa comunitária:				
3.0 - Diagnóstico preliminar das colônias do Alto-Médio São Francisco - 5 não mapeadas - 30 dias				
a) transporte equipe universidades e comunitária para levantamento	R$ 80,00	R$ 7.680,00		
b) transporte 5 pessoas UFSCar a Pirapora	R$ 130,00		R$ 1.300,00	
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 2.500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 3.500		
e) diária - 13 pessoas	R$ 70,00	R$ 16.800,00	R$ 10.500,00	
f) Transporte e diária instituições governamentais	R$ 200,00			R$ 18.000,00
3.1 – Comunicação e Interlocução: fortalecendo a participação da comunidade;				
a) transporte comunitários e terrestre equipe - 35 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00		
b) consultoria para oficina	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00		
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
6) diária - 30 pessoas	R$ 70,00	R$ 6.300,00		
3.2 – História das colônias e Legislação Sindical: fortalecendo a representatividade;				

a) transporte comunitários e terrestre equipe - 35 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00		
b) consultoria para oficina	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00		
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
6) diária - 30 pessoas	R$ 70,00	R$ 6.300,00		
3.3 – Planejamento Participativo e Elaboração de Projetos: fortalecendo a autogestão;				
a) transporte comunitários e terrestre equipe - 35 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00		
b) consultoria para organização da oficina	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00		
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
6) diária - 30 pessoas	R$ 70,00	R$ 8.400,00		
3.4 – Administração de Colônias: fortalecendo a organização do trabalho;				
a) transporte comunitários e terrestre equipe - 35 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00		
b) consultoria para organização da oficina	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00		
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
6) diária - 30 pessoas	R$ 70,00	R$ 8.400,00		
3.5 - Oficina de avaliação dos projetos implementados nas comunidades				
a) transporte comunitários e terrestre equipe - 35 pessoas	R$ 80,00	R$ 5.600,00		
b) facilitação para oficina	R$ 2.000,00	R$ 2.000,00		
c) aluguel de equipamento	R$ 500,00	R$ 500,00		
d) material de consumo e xerox	R$ 700	R$ 700		
6) diária - 30 pessoas	R$ 70,00	R$ 6.300,00		
4. Pesquisas em Monitoramento Comunitário da Co-Gestão;				

a) transporte 5 pessoas UFSCar a Pirapora	R$ 130,00		R$ 6.500,00	
b) transporte terrestre equipe pesquisadores em MG		R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	
c) diária	R$ 70,00	R$ 10.500,00	R$ 10.500,00	
d) material de consumo	R$ 7.000,00	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00	
e) equipamento permanente				
2 laptop	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	
2 máquinas fotográficas digitais	R$ 800,00	R$ 800,00	R$ 800,00	
8 gravadores	R$ 115,00	R$ 460,00	R$ 460,00	
2 impressoras portáteis	R$ 800,00	R$ 800,00	R$ 800,00	
2 gps	R$ 800,00	R$ 1.600,00		
f) material de divulgação de pesquisas	R$ 10.000	R$ 10.000		
5. Intercâmbio Comunitário em Co-gestão				
a) Transporte 3 pessoas UFSCar a BH	R$ 100,00		R$ 6.600,00	
b) transporte terrestre em MG 15 pessoas - equipe e comunitários	R$ 80,00	R$ 26.400		
c) diária	R$ 70,00	R$ 18.480,00	R$ 4.620,00	
total parcial		**417850**	**92230**	
TOTAIS				
Unimontes	**UFSCar**	**Contrapartidas**		
R$ 417.850,00	R$ 92.230,00	R$ 168.400,00		

Anexo 3:

Elaboração de Textos de Adesão ao Relatório IDRC

Projeto Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco

Anexo 3.1:
Sumário Executivo

Este relatório refere-se ao produto final do Projeto "Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco", uma pesquisa- ação desenvolvida entre os anos de 2004 e 2005 pelo Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais (IARA) e pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com financiamento do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional (IDRC) em com a colaboração do Projeto CIDA-Brasil "Peixes, Pessoas e Água", uma cooperação bilateral entre Brasil e Canadá[3].

O objetivo desde projeto foi facilitar o estabelecimento da co-gestão da pesca no trecho mineiro do Rio São Francisco, apoiado na experiência dos acordos de pesca existentes na região da várzea Amazônica. Seis cidades estão na área piloto deste projeto: Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Pirapora, Buritizeiro, Barra do Guaicuí-Várzea da Palma e Ibiaí. Essas envolvem quatro Colônias de Pescadores Artesanais do Rio São Francisco que representam cerca de 430 famílias da região[4]. Onze atividades foram desenvolvidas para a promoção do "empoderamento" comunitário e o desenvolvimento de condições favoráveis para a um novo arranjo institucional que possibilite a descentralização governamental do manejo dos recursos pesqueiros e inserção de práticas e conhecimentos ecológicos locais para um uso mais sustentável destes.

Durante a realização destas atividades, importantes passos foram dados "Rumo a Gestão Participativa da pesca no trecho mineiro do São Francisco", como por exemplo:

1. Unificação das portarias de defeso do IEF e IBAMA, resultado direto do I Fórum Regional da Pesca de Três Marias (junho, 2004);
2. Criação de instrumentos legais para o manejo participativo no nível Estadual – Decreto Lei Estadual 38.744/97.
3. Criação das Colônias de Ibiaí e de Buritizeiro, que já possuíam associações formadas durante o desenvolvimento das atividades do projeto. A motivação a se transformarem em colônias já era um precedente para ambas as comunidades, mas o projeto influenciou a decisão sobre a formação das colônias a partir das informações sobre direitos sindicais recebidas durante a I Oficina de Capacitação de Lideranças em Abril de 2004. O processo de criação destas colônias abriu o debate entre a categoria sobre a forma de funcionamento destas entidades, como a necessidade de serem revistos os processos de eleição e as regras e taxas que compõem os seus estatutos. O debate teve início na própria oficina de capacitação e se estende até hoje, envolvendo as colônias e a Federação de Pescadores de Minas Gerais.
4. Aproximação entre os membros da categoria de pescadores profissionais – *"estamos mais unidos"* – e as oportunidades de troca de experiências entre eles em diversas atividades, proporcionando o aprendizado entre os iguais.
5. Surgimento de novas lideranças a partir das capacitações, principalmente de mulheres. Três das quatro colônias de pescadores possuem nos seus novos grupos diretores mulheres pescadoras.
6. Aproximação de diferentes "stakeholders" e a categoria de pescadores artesanais profissionais do Rio São Francisco, como órgãos governamentais, empresas estatais, empresas privadas, pequenos e médios proprietários de terra, escolas, universidades, etc, a partir da realização do I Fórum Regional da Pesca, onde

[3] Projeto de Cooperação Bilateral Brasil-Canadá "Pesca Continental: Modos de Vida e Conservação Sustentáveis. Executado pela World Fisheries Trust – WFT, pela UFSCar e pela Federação de Pescadores Artesanais de Minas Gerais – FEPESCA-MG, iniciado em 2003 e com finalização em março de 2007.

[4] Segundo dados das colônias no início de 2004. Estão excluídos pescadores clandestinos, isto é, não coloniados e pescadores de represa.

iniciou-se o processo de discussão para resolução de conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais comuns a estes diferentes usuários,

7. Organização do Grupo de Trabalho da Pesca – GTPesca São Francisco com objetivo de ser o espaço privilegiado de discussão inter-institucional para formação de novos arranjos que facilitem a gestão compartilhada dos recursos naturais. No entanto, a participação governamental neste ainda é frágil e precisa ser fortalecida, através de sensibilização sobre a importância da participação comunitária no manejo e de capacitação técnica para o co-gerenciamento dos recursos pesqueiros.

Considerável progresso foi alcançado no fortalecimento das organizações comunitárias e suas expressões, refletindo um dos componentes principais do objetivo geral deste projeto[5], e também, segundo os próprios pescadores e representantes do Estado (Polícia Militar, IEF, IBAMA), as relações, que antes eram de franco conflito, caminharam em direção a uma relação, mesmo quando conflituosa, de mais respeito.Ainda é necessário, porém, maior desenvolvimento de instrumentos autônomos de participação e representação comunitária para que as mudanças alcançadas rumo a uma política democrática de gestão pesqueira tragam retornos concretos e sustentáveis para a comunidade e os recursos pesqueiros da região.

Além das atividades, deve ser ressaltada a experiência enquanto construtora de conhecimento. De um lado, aprendemos a realizar adaptações sociais e culturais em um processo de transferência de tecnologia social; de outro, as próprias atividades propiciaram espaço de observação para compreendermos melhor como diferentes ordens sociais (diferentes padrões de desigualdade social – associada a gênero, raça, escolaridade, diferentes tipos de relações no interior dos grupos e entre esses e a sociedade mais inclusiva) associam-se a diferentes níveis de desenvolvimento econômico e a diferentes disposições de agir coletivamente.

Anexo 3.2:

Aprendizagens entre Projetos: contextualização e resultados alcançados

O Projeto "Pesca continental no Brasil: Modos de vida e Conservação Sustentáveis" foi proposto no início de 2002 e começou a ser implementado em janeiro de 2003, através de um acordo-bilateral entre os governos brasileiro e canadense representados respectivamente pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e pela CIDA-(Canadian International Development Agency) e tendo como coordenadores gerais a organização não governamental canadense World Fisheries Trust (WFT), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Federação de Pescadores de Minas Gerias.

O **objetivo superior** do projeto "Peixes, Pessoas e Água" (nome fantasia do projeto acima citado) é contribuir para a eqüidade do uso do recurso pesqueiro continental do Brasil de maneira a dar sustentabilidade ao recurso e aos meios de vida que dependam dele. Para realizar esse objetivo, pelo projeto se propõe transferir componentes técnicos, sociais e estratégicos apropriados, provenientes da experiência canadense na gestão da pesca e conservação, para uma variedade de públicos: comunidades de pescadores, indústria, universidades e organizações governamentais e não-governamentais. Propõe-se também transferir experiências e conhecimentos entre diferentes instituições brasileiras. A tecnologia e a experiência canadense visam fortalecer e ajudar na integração da experiência e esforços brasileiros buscando a criação de comunidades ribeirinhas sócio-ambientalmente sustentáveis, com gerenciamento e conservação da pesca participativos. Os resultados finais que este projeto almeja são (WFT e UFSCar, 2002):

• redução da pobreza,
• aumento da resiliência das comunidades, e
• aumento da produtividade a longo prazo dos recursos naturais.

Especificamente, o projeto "PPA" propõe integrar conhecimentos e habilidades de brasileiros e canadenses para:

• Reverter o declínio dos recursos pesqueiros na bacia do Rio São Francisco;

[5] "pesquisar a relevância e utilidade de experiências de co-gerenciamento dos recursos pesqueiros no Médio Amazonas, para o fortalecimento da organização social das comunidades ribeirinhas do Vale do Rio São Francisco" (p. 10, Projeto Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do São Francisco, IARA e UFSCar, 2003).

• Promover o gerenciamento e o uso sustentáveis dos recursos pesqueiros dos demais usuários dessa bacia e de outras partes do país;
• Melhorar e diversificar a renda das comunidades de pescadores artesanais do Rio São Francisco do ponto de vista da eqüidade de gênero e bem-estar da família, ao mesmo tempo em que se mantenha a pesca artesanal como meio de vida viável;
• Desenvolver e implementar um modelo piloto de gerenciamento sócio-ambiental sustentável na bacia do Rio São Francisco que possa ser replicado em outras partes das águas brasileiras;

Essas iniciativas, conjuntamente, visam contribuir para desenvolver capacidades e políticas brasileiras que mantenham o recurso, reduzam a pobreza em comunidades ribeirinhas, combatam as iniqüidades sociais, e forneçam mais oportunidades para os que mais necessitem.

O **objetivo específico** do projeto PPA é o de criar e implementar um modelo de gestão sustentável dos rios e de seus recursos. Espera-se que os ***impactos de longo prazo*** do projeto sejam: 1) redução da pobreza e melhoria da eqüidade econômica e de gênero, e melhores oportunidades para as famílias de comunidades de pescadores continentais no Brasil e 2) sustentabilidade a longo prazo dos recursos pesqueiros continentais (WFT e UFSCar, 2002).

O projeto PPA está dividido em **três subprojetos** e três **temas transversais**, que auxiliam na integração destas diversas ações com suas respectivas metas, sendo estas: **Sub-projeto 1:** Preparando comunidades para o co-gerenciamento da pesca;
Sub-projeto 2: Criando modos de vida sustentáveis;
Sub-projeto 3: Assegurando o recurso da pesca;
Tema transversal 1: Ajudando a desenvolver políticas para pesca sustentável com participação da comunidade;
Tema transversal 2: Apoiando a conscientização e educação pública em relação à pesca, ecossistemas aquáticos, e pescadores artesanais;
Tema transversal 3: Criar oportunidades para mulheres, jovens e famílias na comunidade;

O projeto está previsto para ter uma duração de quatro anos, com provável término no final de 2006.

O Projeto "Rumo a Co-Gestão da Pesca no Vale do Rio São Francisco", proposto pelo IARA e pela UFSCar ao IDRC, insere-se no sub-projeto 1 do projeto "Peixes, Pessoas e Água", que visa a preparação das comunidades e das demais instituições relacionadas a pesca para o co-gerenciamento do recurso pesqueiro. Este Sub-projeto 1 -PPA compõe-se de três atividades (WFT e UFSCar, 2002):

a) a primeira relacionada ao "projeto Rumos" de adaptação e transferência de experiências de co-gerenciamento de pesca da Amazônia para o rio São Francisco,

b) a segunda, de avaliação participativa e revisão de estratégias de co-gerenciamento

c) e finalmente, a terceira, de avaliação de estratégias e implementação de policiamento comunitário para as questões da pesca e fortalecimento comunitário.

Ao longo destes anos de projeto Brasil-Canadá "Peixes Pessoas e Água", o projeto Rumo tem sido a única experiência até o momento que obteve recursos próprios para o desenvolvimento de suas ações, graças ao financiamento dado pelo IDRC-Canadá. Isto se deve porque, infelizmente, no ano de 2003 os recursos previamente acordados pelo governo brasileiro em aceitação à cooperação com o Canadá não foram disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

O Projeto "Rumos" tornou-se, portanto, de extrema importância também para possibilitar uma maior autonomia dos parceiros brasileiros do projeto CIDA-Brasil, já que se configurou na única contra-partida financeira administrada diretamente por eles.

As atividades de pesquisa social e capacitação comunitária, no contexto do projeto CIDA-Brasil, aconteceram por meio do projeto "Rumos" – IDRC. Isto configurou numa percepção de total inter-relação entre os dois projetos pela comunidade, a ponto de terem sido considerados por muito tempo como o mesmo projeto e, para muitos comunitários, assim é até hoje.

Inicialmente, ambas as equipes de coordenação e execução dos projetos, que em alguns casos, também se configuravam nas mesmas pessoas (duas técnicas da UFSCar), estiveram preocupadas em tentar elucidar os objetivos e agendas específicas de cada projeto, para resolução desta percepção considerada inicialmente equivocada (IV Semi-Annual Portuguese Report, março de 2005). Naquele momento, a resolução pela equipe técnica foi a de intensificar a cada início de atividade, em ambos

contextos de ação, um tempo de apresentação dos dois projetos aos participantes, a fim de elucidar de forma mais convincente os objetivos de cada um.

Durante o ano de 2005, as lideranças comunitárias já compreendiam a distinção entre estas duas ações, assim como alguns comunitários de base de maior participação em ambos projetos. Porém, ao mesmo tempo em que as identidades dos dois projetos iam se tornando mais distintas, também se criava a percepção de que, mais importante do que tais distinções, eram as relações entre os projetos, relações essas que, inclusive, podiam ser a fonte de confusão entre eles. Primeiro, as equipes de um e de outro trabalhavam juntas e assim se apresentavam; segundo, as relações que foram sendo criadas, entre pescadores e entre esses e as equipes, a partir da realização do projeto Rumo, criavam situação social favorável para a realização de atividades associadas aos outros objetivos do PPA. A integração entre as equipes que foi construída durante o trabalho expressou-se explicitamente em algumas situações:

1- de uma reunião de gerenciamento do projeto PPA no mês de setembro de 2004 na cidade de Três Marias, com participação da coordenação do projeto Rumos, tanto do IARA como da UFSCar;

2- da reunião de avaliação do primeiro ano do projeto Rumos, realizada em novembro de 2004 na cidade de Pirapora, com a presença da coordenação do projeto PPA.

A integração entre os projetos PPA e Rumos também pode ser observada através da complementação de esforços para o alcance de maiores resultados no Sub-projeto 1 "Preparando Comunidades para o Co-gerenciamento da Pesca". Enquanto, pela grande demanda local de capacitação para o co-gerenciamento da pesca, o projeto Rumos privilegiou a comunidade de pescadores do Alto-Médio São Francisco, o projeto PPA CIDA-Brasil organizou oficinas de capacitação técnica dos órgãos governamentais gestores da pesca, além de workshops inter-institucionais, com a participação das comunidades, dos órgãos gestores e universidades, para a discussão de avaliação de estoques pesqueiros e de monitoramento e fiscalização da pesca, ambos participativos e com inclusão dos saberes locais/comunitários nas suas execuções. Assim, a melhoria das relações entre os agentes do Estado e os pescadores pode ser entendida como resultado construído entre essas várias atividades. Na medida, portanto, em que se acredita, que relações mais solidárias em direção a um objetivo comum que é o da sustentabilidade da pesca, a qual pressupõe a sustentabilidade do rio, precisam ser continuamente reafirmadas, o trabalho no âmbito do projeto PPA, mais dirigido aos órgãos governamentais, contribui para garantir o apoio das instâncias do poder à sustentabilidade da organização dos pescadores em direção à qual se dirigiu o trabalho do projeto Rumo.

A integração entre os projetos PPA e Rumos não se deteve ao co-gerenciamento da pesca e seus temas diretamente relacionados. Em relação a subsidiar ações através de pesquisas, o projeto "Rumos", com seus produtos do censo domiciliar e pesquisas específicas de avaliação dos projetos, conhecimento e manejo ecológico local, das relações de gênero e raça existentes no contexto do Alto-Médio São Francisco, realizadas pelos alunos de iniciação científica da UFSCar, tem favorecido uma intervenção mais direcionada das ações de desenvolvimento comunitário, monitoramento e fiscalização participativos, e de educação ambiental com valorização do modo de vida da pesca artesanal, que estão sendo executadas neste último ano do projeto CIDA-Brasil "Peixes, Pessoas e Água". Isto obteve-se na prática principalmente através da disseminação dos resultados de ambos projetos, pela entrega direta de documentos ou apresentação oral de resultados, aos participantes dos eventos realizados ao longo destes anos. Esta troca e disseminação de informações é uma aprendizagem de suma importância para a consecução de ações que busquem a sustentabilidade dos modos de vida e dos recursos naturais relacionados à pesca artesanal no São Francisco. Esses estudos têm sido também divulgados em Congressos, Seminários, Encontros, despertando o interesse de outros grupos pelo São Francisco e sua gente. Nesse ponto, talvez tenha residido a maior dificuldade da relação entre os dois projetos. A forma de trabalho do projeto Rumo, pesquisa-ação, pressupõe, pelo lado da pesquisa, que o trabalho deverá propiciar, pela observação controlada, a produção de conhecimento sistemático. Essa exigência não se coloca no âmbito do projeto PPA. Porém, mesmo com essa distinção, pode-se concluir que a integração entre projetos e instituições executoras e financiadoras tiveram grande êxito no âmbito dos projetos PPA e "Rumos" e novas ações que integrem estes diferentes enfoques.